



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

Centro esquerda e social-democracia no Brasil:

Uma Análise dos Programas Eleitorais do Partido dos Trabalhadores e do Partido da Social Democracia Brasileira nas eleições de 2014¹

Mayra Goulart – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Professora Adjunta

Ana Rita Ferreira – Universidade da Beira Interior, Professora Auxiliar Convidada

Resumo:

Este trabalho faz parte de uma pesquisa que visa inserir-se no rol de contribuições sobre a ideologia dos partidos políticos brasileiros (Lucas & Samuels, 2011; Mainwaring, Meneguello & Power, 2000; Melo & Câmara, 2012; Tarouco, 2010; Power & Zucco, 2008). Para isso, almejamos responder à seguinte pergunta: Qual o posicionamento de PT e PSDB na escala esquerda-direita na eleição de 2014? No que diz respeito à metodologia, utilizaremos a abordagem oferecida pelo *Comparative Manifesto Project* (CMP), cujo propósito é codificar e quantificar as medidas pragmáticas propostas pelos partidos em seus programas de governo. A hipótese de partida situa o PT na centro-esquerda e o PSDB na centro-direita. O texto se estruturará em três partes. Na primeira, o apresentaremos a metodologia do CMP. Na segunda parte, dialogaremos com a literatura que questiona sua pertinência enquanto ferramenta válida para auferir o posicionamento ideológico dos partidos, particularmente no que diz respeito ao caso brasileiro. Na terceira e última parte discutiremos sobre os resultados observados a partir da codificação de ambos os programas, apresentando-os primeiramente de modo individual e, em seguida, sob uma perspectiva comparada. Por fim, esboçaremos um conjunto de conclusões obtidas a partir desta comparação.

Palavras-chave: Partidos Políticos; Ideologias Políticas; Política Comparada, Eleições.

Introdução

¹ Essa pesquisa parte de um projeto intitulado “Centro-esquerda e social-democracia no Brasil e em Portugal: uma comparação entre as trajetórias políticas do Partido dos Trabalhadores e do Partido Socialista”. A primeira etapa deste projeto é a comparação do posicionamento ideológico de ambos os partidos, conforme a metodologia do *Comparative Manifesto Project* (CMP). Diferentemente do caso português, cujas informações já se encontram inteiramente inseridas na base de dados do programa, o Brasil tem apenas as eleições de 2006 e 2010 codificadas. Nesse sentido, assumimos a responsabilidade junto ao CMP de realizar a codificação das demais eleições. Este esforço será dividido por duas equipes, uma situada no Brasil, coordenada pela Prof. Mayra Goulart, e outra em Portugal, coordenada pela Prof. Ana Rita Ferreira.



Este texto faz parte de uma pesquisa que visa inserir-se no rol de contribuições sobre a ideologia dos partidos políticos brasileiros (Lucas & Samuels, 2011; Mainwaring, Meneguello & Power, 2000; Melo & Câmara, 2012; Tarouco, 2010; Power & Zucco, 2008). Nosso objetivo é analisar as principais forças que emergiram no cenário político nacional no final dos anos 1970, posicionando-as em uma escala ideológica² cuja referência central pode ser encontrada no conceito de social-democracia. Tal esforço contempla a observação de todos os partidos que conseguiram mais de 5% dos votos em eleições para o Executivo nacional, ao longo de todas as eleições realizadas na Nova República³. Com isso, espera-se detectar não apenas o posicionamento das legendas na escala configurada, mas, sobretudo, sua movimentação. Isto é, o processo de mutação ideológica de cada legenda em cada conjuntura eleitoral.

No que diz respeito à metodologia, utilizaremos a abordagem oferecida pelo *Comparative Manifesto Project* (CMP), cujo propósito é codificar e quantificar as medidas pragmáticas propostas pelos partidos em seus programas de governo. Isto nos permitirá uma base empírica sólida que, acompanhada da análise qualitativa dos programas e da leitura da bibliografia disponível sobre os partidos brasileiros, servirá de alicerce para conclusões comparativas.

Esta tarefa será realizada de forma segmentada e anacrônica uma vez que começaremos analisando os processos eleitorais mais recentes. Neste artigo, portanto, observar-se-á apenas o posicionamento de duas agremiações – o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – nas eleições de 2014. A escolha do objeto obedece a critérios pragmáticos, uma vez que, das sete eleições presidenciais realizadas desde 1988, data da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (CFB), apenas a primeira (1989) não contou com a vitória de uma das duas legendas em questão – sendo o PSDB vitorioso em 1994 e 1998 e o PT, em 2002, 2006, 2010 e 2014.

² Como consolidado na definição de Anthony Downs (1999), essa escala pode ser estabelecida de modo esquemático como um *continuum* que vai do controle total da economia pelo governo (esquerda) ao mercado completamente livre (direita).

³ Período iniciado ao final da ditadura militar. Corresponde à Sexta República Brasileira, para mais informações ver <http://www25.senado.leg.br/web/senadores/nova-republica>.



Em síntese, este *paper* almeja responder à seguinte pergunta: Qual o posicionamento de PT e PSDB na escala esquerda-direita na eleição de 2014? A hipótese de partida situa o PT na centro-esquerda e o PSDB na centro-direita. O texto se estruturará em três partes. Na primeira, o apresentaremos a metodologia do Comparative Manifesto Project. Na segunda parte, dialogaremos com a literatura que questiona sua pertinência enquanto ferramenta válida para auferir o posicionamento ideológico dos partidos, particularmente no que diz respeito ao caso brasileiro. Na terceira e última parte discutiremos sobre os resultados observados a partir da codificação de ambos os programas, apresentando-os primeiramente de modo individual e, em seguida, sob uma perspectiva comparada. Por fim, esboçaremos um conjunto de conclusões obtidas a partir desta comparação.

Primeira Parte

O Comparative Manifesto Project (CMP)

1.1. Explicando o Método

Neste estudo comparativo recorreremos à codificação do Comparative Manifesto Project, um projeto internacional que procura examinar todas as medidas programáticas apresentadas nos programas eleitorais dos partidos políticos relevantes em eleições legislativas (partidos relevantes são aqueles que obtêm representação parlamentar) e, no caso dos sistemas presidencialistas, dos candidatos que concorrem às eleições presidenciais (candidatos que tenham obtido mais de 5% dos votos).

Esta codificação permite-nos comparar os vários programas eleitorais dos vários partidos numa mesma eleição – e, assim, concluir sobre o posicionamento ideológico de cada um deles relativamente aos outros –, assim como nos permite comparar os vários programas eleitorais de um mesmo partido ao longo do tempo, em diversas eleições – e, desse modo, concluir sobre a evolução ideológica desse partido. Aliás, esta codificação permite-nos fazer até outros estudos comparativos: por



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

exemplo, entre partidos da mesma família política, mas de países diferentes, para perceber o posicionamento de cada um na escala esquerda-direita.

Aquilo que procuramos fazer neste trabalho, recorrendo à codificação do CMP, é comparar o posicionamento ideológico do PT e do PSDB num momento particular da vida política brasileira, tendo em conta as medidas apresentadas nos programas eleitorais que ambos apresentaram às eleições presidenciais de 2014, apoiando respectivamente Dilma Rousseff e Aécio Neves como candidatos.

Devemos salientar que a codificação do CMP está dividida em sete temas – Relações Internacionais, Liberdade e Democracia, Sistema Político, Economia, Bem-Estar e Qualidade de Vida, Organização da Sociedade, e Grupos Sociais –, sendo que a apresentação de resultados seguirá esta estrutura classificativa.

1.2. Aplicando o Método



TABELA 1. Contagem das categorias dos programas do PT e do PSDB

Código		PT		PSDB	
		N	%	N	%
101	Foreign Special Relationships: Positive	0	0,0%	2	0,2%
102	Foreign Special Relationships: Negative	0	0,0%	2	0,2%
103	Anti-Imperialism: Positive	0	0,0%	0	0,0%
103.1	State Centred Anti-Imperialism	0	0,0%	0	0,0%
103.2	Foreign Financial Influence	1	0,2%	0	0,0%
104	Military: Positive	0	0,0%	10	1,1%
105	Military: Negative	0	0,0%	0	0,0%
106	Peace: Positive	2	0,3%	0	0,0%
107	Internationalism: Positive	12	2,1%	10	1,1%
108	European Integration: Positive	3	0,5%	0	0,0%
109	Internationalism: Negative	1	0,2%	2	0,2%
110	European Integration: Negative	0	0,0%	0	0,0%
Domain 1. External Relations		19	3,3%	26	2,8%
201	Freedom and Human Rights: Positive	0	0,0%	0	0,0%
201.1	Freedom	3	0,5%	1	0,1%
201.2	Human Rights	7	1,2%	8	0,9%
202	Democracy	0	0,0%	0	0,0%
202.1	General: Positive	25	4,3%	27	3,1%
202.2	General: Negative	0	0,0%	0	0,0%
202.3	Representative Democracy: Positive	0	0,0%	0	0,0%
202.4	Direct Democracy: Positive	3	0,5%	5	0,6%
203	Constitutionalism: Positive	0	0,0%	0	0,0%



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

204	Constitutionalism: Negative	1	0,2%	0	0,0%
Domain 2. Freedom and Democracy		39	6,7%	41	4,7%
301	Decentralisation: Positive	12	2,1%	24	2,7%
302	Centralisation: Positive	1	0,2%	0	0,0%
303	Governmental and Administrative Efficiency: Positive	21	3,6%	72	8,2%
304	Political Corruption: Negative	4	0,7%	0	0,0%
305	Political Authority: Positive	0	0,0%	0	0,0%
305.1	Political Authority: Party Competence	28	4,8%	4	0,5%
305.2	Political Authority: Personal Competence	2	0,3%	1	0,1%
305.3	Political Authority: Strong Government	0	0,0%	4	0,5%
305.4	Former Elites: Positive	0	0,0%	0	0,0%
305.5	Former Elites: Negative	1	0,2%	0	0,0%
305.6	Rehabilitation and Compensation	0	0,0%	0	0,0%
Domain 3. Political System		69	11,9%	105	12,0%
401	Free Enterprise: Positive	1	0,2%	24	2,7%
402	Incentives: Positive	28	4,8%	38	4,3%
403	Market Regulation: Positive	4	0,7%	10	1,1%
404	Economic Planning: Positive	2	0,3%	7	0,8%
405	Corporatism: Positive	0	0,0%	0	0,0%
406	Protectionism: Positive	2	0,3%	1	0,1%
407	Protectionism: Negative	0	0,0%	2	0,2%
408	Economic Goals	15	2,6%	5	0,6%
409	Keynesian Demand Management: Positive	8	1,4%	0	0,0%
410	Economic Growth	42	7,3%	5	0,6%
411	Technology and Infrastructure: Positive	76	13,1%	90	10,2%



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

412	Controlled Economy: Positive	9	1,6%	0	0,0%
413	Nationalisation: Positive	1	0,2%	0	0,0%
414	Economic Orthodoxy: Positive	8	1,4%	23	2,6%
415	Marxist Analysis: Positive	1	0,2%	0	0,0%
416	Anti-Growth Economy: Positive	0	0,0%	0	0,0%
416.1	Anti-Growth Economy: Positive	0	0,0%	0	0,0%
416.2	Sustainability: Positive	12	2,1%	50	5,7%
Domain 4. Economy		209	36,1%	255	28,9%
501	Environmental Protection: Positive	9	1,6%	22	2,5%
502	Culture: Positive	20	3,5%	30	3,4%
503	Equality: Positive	54	9,3%	42	4,8%
504	Welfare State Expansion	44	7,6%	93	10,5%
505	Welfare State Limitation	0	0,0%	8	0,9%
506	Education Expansion	47	8,1%	67	7,6%
507	Education Limitation	0	0,0%	11	1,2%
Domain 5. Welfare and Quality of Life		174	30,1%	273	30,9%
601	National Way of Life: Positive	0	0,0%	0	0,0%
601.1	General	2	0,3%	4	0,5%
601.2	Immigration: Negative	0	0,0%	0	0,0%
602	National Way of Life: Negative	0	0,0%	0	0,0%
602.1	General	1	0,2%	1	0,1%
602.2	Immigration: Positive	0	0,0%	0	0,0%
603	Traditional Morality: Positive	0	0,0%	0	0,0%
604	Traditional Morality: Negative	0	0,0%	0	0,0%
605	Law and Order	0	0,0%	0	0,0%



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

605.1	Law and Order: Positive	18	3,1%	43	4,9%
605.2	Law and Order: Negative	0	0,0%	0	0,0%
606	Civic Mindedness: Positive	0	0,0%	0	0,0%
606.1	General	4	0,7%	18	2,0%
606.2	Bottom-Up Activism	0	0,0%	11	1,2%
607.1	General	0	0,0%	4	0,5%
607.2	Immigrants: Diversity	0	0,0%	0	0,0%
607.3	Indigenous Rights: Positive	0	0,0%	0	0,0%
608	Multiculturalism: Negative	0	0,0%	0	0,0%
608.1	General	0	0,0%	1	0,1%
608.2	Immigrants: Assimilation	0	0,0%	0	0,0%
608.3	Indigenous Rights: Negative	0	0,0%	0	0,0%
Domain 6. Fabric of Society		25	4,3%	82	9,3%
701	Labour Groups: Positive	22	3,8%	25	2,8%
702	Labour Groups: Negative	0	0,0%	0	0,0%
703.1	Agriculture and Farmers: Positive	13	2,2%	29	3,3%
703.2	Agriculture and Farmers: Negative	0	0,0%	0	0,0%
704	Middle Class and Professional Groups: Positive	4	0,7%	6	0,7%
705	Minority Groups: Positive	2	0,3%	20	2,3%
706	Non-Economic Demographic Groups: Positive	3	0,5%	20	2,3%
Domain 7. Social Groups		44	7,6%	100	11,4%



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

Total	579	100,0 %	883	100,0%
-------	-----	------------	-----	--------

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do projeto “Centro-esquerda e social-democracia no Brasil e em Portugal: uma comparação entre as trajetórias políticas do Partido dos Trabalhadores e do Partido Socialista”

Segunda Parte

Os programas e suas feições ideológicas: singularidades e desafios do caso brasileiro.

A tentativa de aplicar uma teoria exógena a um contexto particular é sempre problemática. O esforço de auferir a posição ideológica dos partidos políticos brasileiros através da metodologia oferecida pelo *Comparative Manifesto Project* não foge a esta regra. Há críticas que se debruçam sobre o ponto de partida, questionando o pressuposto de que as campanhas políticas e os programas que neles são apresentados corresponderiam a uma contraposição de diferentes plataformas ideológicas (Miguel, 2010). Essa crítica geralmente vem acompanhada de uma ênfase nas variáveis sistêmicas, que ressaltam o impacto das características de cada sistema político na configuração dos manifestos (Zucco, 2009).

No caso, a fragmentação partidária que caracteriza o sistema político brasileiro reforçaria a importâncias das coalizões governativas, por meio das quais o partido vitorioso nas eleições para a Presidência viabiliza sua agenda legislativa, contornando os riscos de paralisia decisória e as instabilidades políticas decorrentes (Figueiredo & Limongi 1999 e 2003; Santos, 2003). Sendo assim, os documentos programáticos surgem como variável dependente das opções estratégicas do partido que almeja viabilizar uma coligação suficientemente forte no plano eleitoral e parlamentar (Lucas & Samuels, 2011). Essa crítica, contudo, não se limita aos programas de governo, abarcando também a performance dos partidos no governo, visto que sua ação programática estará igualmente limitada pela necessidade de garantir apoio político de forças ideologicamente distintas.



Além deste conjunto de interpretações que apontam para a diluição ideológica dos partidos, há aquelas que se dirigem especificamente à aplicabilidade da metodologia do *Comparative Manifesto Project* ao cenário político brasileiro (Madeira & Tarouco, 2013). Nesse sentido, o ponto central da crítica apresentada por Tarouco e Madeira acerca da dificuldade de aplicação desta metodologia ao caso brasileiro diz respeito ao processo de transição democrática. Em trabalhos anteriores (Madeira & Tarouco, 2010), os autores já haviam argumentado que o posicionamento dos atores políticos face à ditadura militar é um elemento determinante de sua identidade política, posicionando à direita aqueles que se mantiveram alinhados com o regime, e à esquerda os que se alinharam à oposição. Essas questões diminuiriam o peso relativo das considerações econômicas no cenário ideológico brasileiro (idem 2013), em detrimento do caráter determinante que estas assumem na configuração da escala ideológica usualmente utilizada na Ciência Política (Downs, 1999).

Por outro lado, a conjuntura da transição e a efervescência constituinte teriam operado um deslocamento à esquerda no posicionamento ideológico destes mesmos atores, que se apresentavam como engajados nas bandeiras associadas à transformação e mudança de regime, não apenas no que diz respeito ao sistema político, mas também conquanto às liberdades civis (Madeira & Tarouco, 2013). Ademais, a ênfase na dicotomia downsiana entre intervenção econômica/esquerda e livre mercado/direita, pressuporia um caráter redistributivo, muitas vezes inexistente nas intervenções operadas a partir do Estado. Seria o caso observado no Brasil, durante o regime militar, como nos alertam Madeira e Tarouco:

No Brasil foram exatamente os governos da ditadura militar que adotaram barreiras comerciais à importação com o objetivo de alavancar o desenvolvimento da indústria nacional, assim como em vários momentos da história tem sido a direita a demandar a atuação do Estado na economia, em descompasso com o *laissez-faire* e o estado mínimo que caracterizam o liberalismo econômico na Europa (Madeira & Tarouco, 2013, p. 97).

A despeito de concordar com as considerações históricas e com as observações sobre os efeitos deletérios da fragmentação partidária, esta pesquisa parte de uma hipótese distinta, uma vez que pressupõe a possibilidade de diferenciar ideologicamente, a partir da metodologia do CMP, os programas eleitorais



apresentados por PT e PSDB, situando o primeiro no espectro da centro-esquerda e, o segundo, na centro-direita. Para isso, na próxima seção, serão analisados de modo comparativo os principais resultados da codificação dos programas lançados para as eleições de 2014. Antes disso, contudo, é preciso uma breve apresentação individual de cada um dos documentos.

Terceira Parte

O Posicionamento Ideológico de PT e PSDB: Uma Análise dos Programas de Governo de 2014

3.1. Plano de Governo – Aécio Neves– PSDB – 2014

O documento elaborado pelo Partido da Social Democracia Brasileira, para a campanha de 2014 dos candidatos Aécio Neves (presidente) e Aloysio Nunes (vice), ambos do PSDB, apresenta em 69 páginas as diretrizes gerais do programa de governo da coligação denominada *Muda Brasil*, composta pelos seguintes partidos: PSDB, Solidariedade (SD), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Ecológico Nacional (PEN), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Trabalhista Cristão (PTC), Democratas (DEM), Partido Trabalhista do Brasil (PT do B) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ⁴.

O programa contém nove tópicos, sendo o primeiro dedicado à apresentação de diretrizes e objetivos gerais, seguidas da exposição de um *compromisso fundamental*⁵. Neste último, sobressai uma concepção de liberdade cara ao liberalismo lockeano e ao republicanismo liberal de Kant, assim como às

⁴ O peso de cada uma das agremiações no interior da coligação é variável e resultante de uma série de fatores. O mais facilmente observável diz respeito ao tamanho da bancada que cada partido possuía na altura. De acordo com o portal da Câmara dos Deputados, em 2014, o PSDB contava com 54 deputados, o DEM com 21, o PTB com 25, o SD com 15, o PTM com 4, o PMN com 3, PT do B com 2 deputados, o PTC com 2. Fonte: <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas/bancadas/bancada-na-eleicao>. Segundo o portal do Senado Federal, em 2014, o PSDB possuía 12 senadores; o DEM, 4; o PTB, 6 e o SD, 1. Os demais partidos da coligação não tinham cadeiras no Senado. Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2014/10/infografico-nova-bancada-do-senado>

⁵ “Reafirma-se o compromisso básico e fundamental com a defesa das liberdades do povo brasileiro, por meio da defesa firme da liberdade de imprensa, da liberdade de opinião e de expressão, da independência dos Poderes da República, da Federação, fundamentos de nossa democracia, e que permeiam todas as políticas públicas” (p.7 do programa)



reformulações mais contemporâneas de Schumpeter, Dahl e Bobbio. Nos demais tópicos (Cidadania, Economia, Educação, Estado Eficiente, Relações Exteriores e Defesa Nacional, Saúde, Segurança Pública e Sustentabilidade), observa-se a reincidência de alguns conceitos caros ao social liberalismo da Terceira Via (Guiddens, 1996 e 2001 (a), (b)), como empreendedorismo, descentralização, Parcerias Público Privadas, Voluntariado e Participação Social perpassam diferentes tópicos.

Somados, estes elementos apontam na direção da hipótese delineada ao início do artigo, isto é, de que, em termos ideológicos, o PSDB poderia ser posicionado no espectro da centro-direita. Esta, contudo, é uma percepção analítica oriunda de uma análise qualitativa. Resta, pois, averiguar se esta afirmação pode ser confirmada em termos quantitativos. Para isso, codificamos o programa utilizando a metodologia do *Comparative Manifesto Project*, os resultados desse esforço serão abaixo apresentados de acordo com a ordem dos domínios indicada na quinta edição do *Manifesto Coding Instructions* (Werner, Lacewell & Volkens, 2014).

O primeiro domínio (Relações Exteriores) a princípio sobressai pela ausência de destaque face aos demais, sendo o que recebeu menos menções ao longo do programa (26 no total, o que corresponde a apenas 2,6% de todas as sentenças). Este fato por si só já é interessante, uma vez que corrobora as teses que salientam para o caráter pouco relevante da política externa nas campanhas eleitorais realizadas no Brasil (Rocchi, 2015, Onuki, 2006). Ainda assim, é importante salientar que o código relacionado à Expansão dos gastos militares (Código 104, *Military Positive*) é o mais mencionado, juntamente com o que indica uma posição favorável à cooperação internacional (Código 107, *Internacionalism Positive*), ambos correspondendo a apenas 1,1% perante o total de sentenças. Nesse tocante, cabe ressaltar que, apesar do pouco impacto de temas relativos à Política Externa nas disputas eleitorais, observa-se na elite política brasileira (Executivo, Legislativo, lideranças partidárias, Itamaraty e etc.) um relativo dissenso com relação a esta questão⁶.

⁶ A análise qualitativa da seção de Política Externa apresentada no programa também nos permite algumas inferências, que dizem respeito a uma crítica disseminada nos diferentes setores da oposição brasileira (mídia, empresariado, intelectuais e partidos) ao modo como o tema foi conduzido durante as administrações petistas. Esta contraposição se expressou através de um rechaço ao que foi denominado de “partidarização ou ideologização da política externa”, sobretudo no que diz respeito ao



O domínio dedicado à Liberdade e Democracia é o segundo menos relevante, pois a ele foram dedicadas apenas 4,7%, das sentenças do programa, sendo a esmagadora maioria delas enquadradas no código 202.1, que indica uma postura favorável às liberdades democráticas, concebidas conforme os preceitos clássicos do liberalismo político, ou seja, como liberdade individual e econômica face às intervenções do Estado⁷. Do mesmo modo, a preocupação com o controle sobre a burocracia (Eficácia Governamental e Administrativa), que aparece repetidas vezes no programa, também pode ser remetida aos fundamentos do liberalismo político, mais precisamente às considerações de J. Stuart Mill e Max Weber.

O terceiro domínio, dedicado ao Sistema Político, engloba 12% das sentenças do manifesto. Neste tocante é importante destacar que o partido não discorre sobre nenhuma proposta de Reforma Política, ainda que suas lideranças sejam historicamente engajadas com o parlamentarismo e com a crítica ao sistema eleitoral proporcional utilizado no Brasil. O tema é apenas mencionado na apresentação junto com as demais “reformas fundamentais”: a Reforma dos Serviços Públicos, da Segurança Pública, a Reforma Tributária, a Reforma do setor de Infraestrutura e a Reforma Política, sobre a qual o programa se limita a afirmar “o propósito de tornar mais confiável e transparente a atuação política”. Como salientado na primeira parte do artigo, a defesa do parlamentarismo e do sistema eleitoral misto marcam a fundação do PSDB. Sendo assim, o que o Programa de Governo de 2014 sugere é que estas bandeiras perderam espaço ao longo das últimas duas décadas.

Nesse sentido, a maioria das sentenças abarcadas neste domínio foi enquadrada no código 303 (Eficácia Governamental e Administrativa) que corresponde a um dos tópicos do programa (Estado Eficiente). Nestas sentenças,

relacionamento com os países latino americanos e a prioridade nas relações SUL-SUL, em detrimento das relações bilaterais com os países desenvolvidos, visando a liberalização de comércio. Isso se expressa neste item quando são postulados:

- a) o “objetivo de restabelecer o seu tradicional caráter de política de Estado, visando o interesse nacional”;
- b) a necessidade de “restabelecer a primazia da liberalização comercial”;
- c) a necessidade de “em relação ao MERCOSUL, paralisado e sem estratégia, recuperar seus objetivos iniciais e flexibilizar suas regras a fim de poder avançar nas negociações com terceiros países”.

⁷A descrição deste código menciona: “*Favourable mentions of importance of personal freedom in the manifesto and other countries. May include mentions of: Freedom from state coercion in the political and economic spheres; Freedom from bureaucratic control; The idea of individualism* (Werner, Lacewell & Volkens, 2014).



observa-se um conjunto de críticas ao modo como a máquina pública vem sendo administrada, o que reforça o papel do PSDB como principal partido de oposição. Por outro lado, a ênfase na eficiência nos remete à identidade original do partido, que buscou diferenciar-se dos demais reunindo parcelas altamente qualificadas das elites intelectuais (acadêmicos) e econômicas (empresários) comprometidas a usar seus talentos como gestores e administradores da coisa pública (Guiot, 2006).

O quarto domínio, dedicado à Economia, reúne 28,9% do total de sentenças do programa, sendo o segundo mais mencionado. Nele cabe destacar a reincidência das propostas de parceria entre atores públicos e privados, recorrentes não apenas nas seções dedicadas à Infraestrutura e Logística, mas, também, em Ciência e Tecnologia. Estas duas seções contêm a maioria das sentenças enquadradas no código 411, referente aos incentivos à Tecnologia e Infraestrutura, que correspondem a 10,2% das sentenças do Programa. Dentro deste domínio o segundo código mais recorrente é o que agrupa menções positivas ao desenvolvimento sustentável (5,7%), seguidos do código que indica incentivos ao setor produtivo (4,3%). Ademais, cabe destacar que o código referente à ortodoxia econômica aparece em 2,6% das sentenças.

Tais menções estão quase todas reunidas no tópico dedicado à Política Macroeconômica, no qual o partido ressalta a importância do controle inflacionário e da autonomia do banco central, além defender o esforço fiscal para a manutenção do superávit primário. Na seção denominada Reforma Tributária, por sua vez, as propostas dizem respeito à redução de tributos, sobretudo, aqueles que recaem sobre empresas. Sendo assim, neste tocante, o programa também se afasta dos preceitos social-democratas ou de centro-esquerda, uma vez que não é mencionada a importância em assegurar o caráter progressivo e redistributivo. O que reforça os indícios em favor de nossa hipótese original, acerca das feições ideológicas do programa.

Na contramão dessas evidências estão as frequências encontradas no domínio cinco, dedicado à Qualidade de Vida e Bem Estar. Este é o domínio mais recorrente do programa, reunindo 30,9 % das sentenças, sendo 10,5% delas dedicada à expansão do Estado de Bem Estar Social (código 504) e 7,6% à expansão dos gastos públicos com educação (506). Neste ponto, cabe ressaltar que é defendida a manutenção de



duas iniciativas delineadas pelo PT⁸. O primeiro é a mundialmente reconhecida Bolsa *Família*, voltado à transferência de renda, condicionada a famílias pobres e extremamente pobres, com crianças ou gestantes⁹ que assumam a contrapartida de mantê-los nos sistemas educacional até os 17 anos. O segundo é o Programa Universidade para Todos (PROUNI) que tem o objetivo de conceder bolsas de estudo em instituições de ensino superior privadas para alunos oriundos do ensino público¹⁰ e pessoas portadoras de deficiência.

Embora tenham tido um impacto significativo na redução da desigualdade e no aumento da educação das classes populares, essas iniciativas não assumem os preceitos redistributivos e universalizantes associadas à social-democracia clássica (Esping-Andersen, 1990). Por isso, não devem ser consideradas uma capitulação do PSDB a tais preceitos, mas sim uma evidência de que O PSDB, mas também o PT aderiu às medidas focalizadas de combate à pobreza, recomendadas pelo FMI e pelo Banco Mundial durante as décadas de 1980 e 1990, por serem supostamente mais eficazes e menos custosas do que políticas voltadas à universalização de direitos.

Ademais, a despeito desses indícios de continuidade com a administração do PT, que, conforme nossa hipótese inicial pode ser caracterizado como um partido de centro-esquerda, no sexto domínio é possível encontrar no programa do PSDB evidências que o aproximam da centro-direita. Por exemplo, o fato de que o domínio dedicado à Organização da Sociedade, que reúne 9,3% do total de sentenças do programa, tem como código mais recorrente (com mais da metade das sentenças) aquele dedicado ao reforço da ordem pública e do combate à criminalidade (605.1).

Por fim, o sétimo e último domínio, dedicado aos grupos sociais, obteve 11,4% das sentenças do programa, distribuídas de modo equânime entre os códigos

⁸É plausível supor que seria incongruente o partido desejar acabar, já que há quem afirme que a origem do Bolsa Família remonta ao governo de FHC. Segundo Anthony Hall, por exemplo, o programa de transferência de renda adotado e de combate à fome do governo FHC, conduzido por Ruth Cardoso, foi precursor do Bolsa Família (ver: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ruth-cardoso-foi-precursora-do-bolsa-familia-diz-academico-britanico,195523>). Todavia, esta afirmação é polêmica. Vários autores apontam diferenças entre os programas adotados pelos governos FHC e Lula. Sobre isto ver Bichir, 2010; Giannotti, 2008.

⁹ No caso das gestantes, há também o compromisso com o acompanhamento médico durante a gravidez e o processo de amamentação.

¹⁰ Também inclui alunos que estudaram em colégios privados, desde que contemplados com bolsa integral da própria escola.



que indicam menções favoráveis à agricultura¹¹ (3,3%), aos trabalhadores (2,8%), às minorias desprivilegiadas (2,3%) e aos grupos não econômicos ou demográficos (2,3%,) que incluem políticas voltadas para as mulheres. Tais frequências serão úteis para um contraste com o programa do Partido dos Trabalhadores apresentado abaixo, uma vez que esta agremiação tem sua origem marcada pela proximidade e com os movimentos sociais ligados a muitos destes grupos.

3.2. Plano de Governo – Dilma Rousseff – PT – 2014

O documento elaborado pelo Partido dos Trabalhadores, para a Campanha de 2014 dos candidatos Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB), apresenta em apenas 25 páginas as diretrizes gerais do programa de governo da coligação denominada *Com a Força do Povo*, composta pelos seguintes partidos: PT, PMDB, PDT, Partido Social Democrático (PSD), Partido Progressista (PP), Partido Republicano (PR), Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB) ¹².

No seu manifesto de 2014, no cômputo geral, o PT dá muito pouco destaque (abaixo de 10% do total de referências) às dimensões relativas às “relações internacionais” (3,28%) – o que significa que dá pouco relevo, por exemplo, à questão da integração regional da América Latina – à “organização social” (4,32%) – o que significa, por um lado, que não dá muito destaque às questões de “lei e ordem”, mas também não dá muito destaque às questões de direitos dos índios, imigrantes, etc. – à “liberdade e democracia” (6,74%) àquela que se relaciona com outros “grupos

¹¹Não há, contudo, nenhuma menção à Reforma Agrária ou à desconcentração de terras, que subjaz como bandeira histórica da esquerda no Brasil. Esta ausência denota as limitações sociais do PSDB, decorrentes dos compromissos políticos que suas lideranças acertaram com grupos econômicos e outras lideranças políticas. Isto nos ajuda a entender porque o PSDB atraiu e elegeu uma bancada mais conservadora em 2014.

¹²No tocante ao peso de cada uma das agremiações no interior da coligação, utilizaremos novamente o tamanho da bancada de cada partido em 2014. De acordo com o portal da Câmara dos Deputados e do Senado, neste contexto, o PT possui 68 deputados e 13 senadores, o PMDB 66 e 19, o PSD 36 e 1, o PP 38 e 5, o PR 34 e 4, o PDT 19 e 6, o PRB 21 e 1, o PROS 11 e 1 e o PC do B 10 e 02, deputados e senadores, respectivamente. Fontes: <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas/bancadas/bancada-na-eleicao><http://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2014/10/infografico-nova-bancada-do-senado>



sociais” (7,60%) – o que inclui grupos agrários, grupos minoritários e/ou discriminados, mas também a classe trabalhadora, que seria um grupo que seria expectável ser especialmente valorizado pelo PT. Neste sentido, reforça-se que só 2% do total de referências deste programa dizem respeito à melhoria das condições da classe trabalhadora.

Por outro lado, sendo certo que PT confere um peso ligeiramente superior (11,92%) à dimensão “sistema político”, a verdade é que 5% do total das menções feitas no manifesto que se encaixam neste domínio dizem respeito à categoria “competência partidária”, ou seja, consistem fundamentalmente em elogios aos anteriores governos do PT e não num reforço de um aprofundamento ou reforço do sistema político existente.

O PT dedica, porém, muito espaço – logo, muita importância – aos domínios do “Estado Social” (30,05%) e sobretudo da “economia” (36,1%). Dentro do domínio relativo ao “Estado Social”, vale a pena salientar o pendor social-democrata das propostas, visível no fato de 9,3% do total de referências do programa dizerem respeito à necessidade de maior igualdade e justiça social (enunciada de maneira mais geral); de 8,1% de todas as menções do manifesto apontarem para a expansão da educação; e 7,6% para a expansão do sector da saúde e das prestações sociais.

Dentro do domínio da “economia”, nota-se algum pendor social-democrata, dado que se aponta para um caminho onde o Estado tem um papel impulsionador da atividade económica, o que é detectável na importância dada do investimento público na tecnologia, na construção de infraestruturas, na ligação entre investigação e indústria, etc. (13,1% do total de referências), ou no peso dado à necessidade de o Estado impulsionar políticas que promovam o crescimento económico, apesar de estas surgirem enunciadas de modo mais geral e vago e não sejam tão discriminadas (7,3% do total das menções do programa).

3.3. Os programas de PT e PSDB sob uma perspectiva comparada

Seguindo a divisão categorial do CMP, percebemos que, no primeiro domínio, apesar de o peso dado pelos dois partidos à área das relações internacionais ser muito



idêntico – sendo um peso muito reduzido na totalidade dos programas –, ainda assim, o PT valoriza mais o “internacionalismo” do que o PSDB, apresentando uma visão positiva da necessidade de cooperação internacional, nomeadamente da ajuda países em vias de desenvolvimento. Do mesmo modo, o PT faz mais referências positivas à integração regional com outros países da América Latina e faz mais referências positivas à paz, incluindo à ideia que os meios pacíficos são preferenciais para resolver conflitos. Comparativamente, o PSDB tem apenas cerca de metade das referências ao internacionalismo como positivo, o que indica dar menor importância ao fortalecimento dos organismos políticos de cooperação e integração.

Além disso, o PSDB concede à visão do poder militar como algo positivo uma importância idêntica àquela que concede ao internacionalismo, ou seja, valoriza igualmente a visão que considera importante a necessidade de segurança e defesa, o que inclui referências ao aumento da despesa com o sector da Defesa, à necessidade de modernizar e reforçar as Forças Armadas. Já o PT não tem qualquer referência no seu programa eleitoral sobre este subtema específico.

No segundo domínio, relativo às questões relacionadas com liberdade e democracia, o espaço concedido pelos dois partidos às várias categorias não é muito divergente, sendo que até encontramos agora uma maior sintonia relativamente ao peso concedido às principais categorias. Ambos os partidos têm idêntico número relativo de referências positivas sobre a democracia, defendendo este regime político, assim como ambos têm idêntico número de referências aos direitos humanos. Saliente-se, porém que o PT assume uma maior defesa das liberdades clássicas – liberdade de expressão, de imprensa, etc. – e que, paradoxalmente, o PSDB tem mais menções favoráveis ao aprofundamento dos mecanismos de democracia direta.

No terceiro domínio, encontramos, mais uma vez, uma semelhança entre os dois partidos no peso relativo concedido às questões que se prendem com o sistema político. No entanto, neste campo, há um claro desnível na escolha das dimensões reforçadas: o PT concede uma grande importância à competência partidária, o que inclui sobretudo referências elogiosas relativamente às três governações anteriores dos executivos do PT (os dois executivos de Lula e o primeiro executivo de Dilma) e críticas aos anteriores governos do PSDB. Neste campo, o PSDB valoriza sobretudo a



necessidade de maior eficiência administrativa, o que, sendo uma causa também valorizada pelo PT, que refere sobretudo à necessidade de melhorar os processos burocráticos, tem o dobro do peso relativo no programa do PSDB.

Pelo contrário, no que diz respeito ao quarto domínio da classificação do CMP, já não encontramos um idêntico peso concedido por ambos os partidos aos assuntos econômicos, uma vez que o PT mostra ter uma percentagem muito superior de referências a estes temas do que o PSDB. Ainda assim, ao olharmos para a principal categoria referida por ambos, não parece detectar-se uma grande diferença ideológica entre eles: PSDB e PT apresentam a necessidade de investir em tecnologia e infraestruturas (nomeadamente na ligação entre investigação científica e modernização empresarial, ou no investimento público em grandes obras) como o domínio económico com maior peso.

Além disso, paradoxalmente, o PSDB confere mais do triplo do peso relativo (sendo também a segunda categoria mais focada) à necessidade de um crescimento económico sustentável, um crescimento económico que não ameace o ambiente, do que o PT, apesar de este aspecto também ser visível no manifesto da Dilma.

Onde detectamos algumas diferenças ideológicas mais claras é, porém, nas categorias menos referidas (e que, por isso, temos que concluir que, apesar de existirem, são menos valorizadas por ambos os partidos). Desde logo, o PSDB apresenta uma menor percentagem de referências relativas à necessidade de incentivos públicos às empresas (sendo que incentivos inclui subsídios, isenções fiscais, benefícios para empresas em início de atividade, etc.) do que o PT. Além disso, a maior parte destes incentivos dizem respeito à contratualização de parcerias público-privadas, o que pode não ser entendido como uma forma de intervencionismo próxima da social-democracia.

Por outro lado, também é certo que o PT tem muito maior percentagem de referências gerais (e não tão específicas) à necessidade de gerar crescimento económico, à necessidade de o governo promover, tomar medidas para facilitar ou aumentar o crescimento. A indicar a mesma tendência, o PSDB concede muito maior peso à necessidade de ortodoxia económica – ou seja, à necessidade de ter uma governação que cumpra critérios de défice público considerados saudáveis, ou que



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

valorize a poupança em momentos de crise, ou que proteja as instituições econômicas tradicionais, como o sistema bancário – e tem igualmente mais menções favoráveis ao funcionamento livre dos mercados. Já o PT tem algumas referências à necessidade de levar a cabo políticas keynesianas do lado da procura, de modo a estimular o consumo, e também referências à necessidade de o governo exercer algum controle sobre a economia, nomeadamente sobre os preços e o salário mínimo, enquanto que o PSDB não refere qualquer destas categorias.

No quinto domínio, dedicado ao Estado Social, encontramos algumas diferenças ideológicas. É certo que o peso relativo concedido a este tema é muito semelhante nos programas dos dois partidos, mas a verdade é que, no programa do PT, encontramos desde logo o dobro (percentual) de referências à necessidade de maior igualdade e justiça social (o que inclui proteger os grupos mais desfavorecidos, distribuir os recursos de forma mais equitativa, remover barreiras de classe, por exemplo).

É igualmente um fato que o PSDB parece conceder maior peso do que o PT à necessidade de manter ou expandir o Estado Social (o que inclui o sistema de saúde, o sistema de pensões, de habitação social, mas não a educação), por apresentar maior percentagem de referências nesta categoria. No entanto, também é um fato que o PSDB refere simultaneamente a necessidade de limitar a expansão do Estado Social, nomeadamente através do recurso ao princípio da subsidiariedade, enquanto que o PT não faz qualquer menção à necessidade de travar o crescimento do Estado Social.

No que diz respeito ao sistema de educação, as diferenças entre os dois partidos ficam ainda mais claras. Neste campo, o PT não só concede maior peso do que o PSDB à necessidade de expandir o sistema educativo, como o PSDB concede ainda mais espaço à ideia de limitação do alargamento do sistema de educação do que aquele que já havia concedido à limitação do Estado Social (enquanto o PT volta a não fazer qualquer referência a esta ideia de travagem do alargamento da educação).

No sexto domínio, que diz respeito à organização social, as diferenças ideológicas não são tão claras como poderíamos esperar. É verdade que, no cômputo global do manifesto, o PSDB dá maior peso global à categoria que tem que ver com referências positivas à necessidade de ordem e de aplicação estrita da lei (o que inclui



defesa do papel das polícias, da importância da segurança interna, de uma atitude mais dura por parte dos tribunais). No entanto, ela é, dentro deste domínio, a mais referida pelo PT e, aliás, dentro deste domínio, o PT apresenta um peso relativo de mais 20 pontos percentuais concedido a este tema do que o PSDB.

Além disso, se ambos apresentam uma defesa geral da necessidade de solidariedade nacional não muito distante, o PSDB apresenta muito mais referências (e, por isso, parece conceder maior importância) às questões relacionadas com o ativismo das bases, nomeadamente a necessidade de movimentos sociais que procuram mudança social. Mesmo em questões multiculturalistas, ou relacionadas com os direitos dos imigrantes ou dos índios, não encontramos diferenças dignas de registro – nomeadamente, não se encontram Registos no manifesto do PT, ao contrário do que poderia ser expectável.

No sétimo e último domínio da classificação do CMP, que diz respeito a grupos sociais específicos dentro da sociedade, percebemos que o PSDB dá maior peso a esta categoria – mas, esse maior peso vai, em parte, voltar a contrariar as diferenças ideológicas que poderíamos pensar detectar. Por um lado, é verdade que encontramos aqui uma das principais marcas ideológicas históricas do PT e é interessante perceber como ela se mantém: cerca de metade das referências feitas no manifesto Dilma sobre grupos sociais são menções favoráveis às classes trabalhadoras, visando nomeadamente a necessidade de criar mais emprego, de melhorar salários, de melhorar as condições de trabalho. Estas referências são, em termos relativos, o dobro daquelas que o PSDB faz no seu manifesto – o que constitui uma diferença ideológica clara e que acompanha e até reforça aquelas que havíamos detectado no domínio económico. Contudo, por outro lado, ambos os partidos concedem o mesmo peso relativo à necessidade de políticas agrícolas específicas. E, por fim, o PSDM concede mais do triplo das referências aos grupos minoritários e discriminados da sociedade (homossexuais, mulheres, etc.), ao contrário do que seria expectável.

Conclusão

Por motivos que foram explicitados ao longo do trabalho, seja do ponto de



vista quantitativo, seja pela análise qualitativa dos referidos programas dos partidos, apresentamos a seguir algumas nuances que podem reforçar a pertinência de nossa hipótese de trabalho, que consiste em situar o PT na centro-esquerda e o PSDB na centro-direita.

Sobre a perspectiva dos partidos ao centro, ao observar os dados agregados na tabela podemos destacar, já no primeiro domínio, que a ausência de menções críticas à influência norte-americana, ou outras sentenças passíveis de enquadradas nos códigos relativos ao anti-imperialismo é significativa. Isto porque, a suspeição e mesmo o rechaço a tal influência tem sido, desde a guerra-fria, um inequívoco marcador de radicalidade, atualizado recentemente pelos governos bolivarianos. Por este motivo, esta ausência reforça a hipótese de que os dois partidos podem ser situados no centro da escala ideológica.

O primeiro domínio (Relações Exteriores) também sobressai pela ausência de destaque face aos demais, sendo o que recebeu menos menções ao longo do programa (apenas 3,3% e 2,8% das sentenças do programa de PT e PSDB, respectivamente). Este fato por si só já é interessante, uma vez que corrobora as teses que salientam para o caráter pouco relevante da política externa nas campanhas eleitorais realizadas no Brasil. Ainda assim, é importante salientar que o código relacionado à Expansão dos gastos militares (Código 104, *Military Positive*) é o mais mencionado, no caso do PSDB, não tendo qualquer menção no programa petista.

Este ponto é particularmente significativo haja vista o protagonismo que os militares representaram ao longo do passado político nacional, também corrobora para nuançar o espectro de posicionamento político do centro para a direita.

Em contrapartida, a importância e valorização dos preceitos democráticos na história do país é um dado significativo a ser observado. Se considerado o item 202.1, a importância do compromisso com a democracia está presente nos dois partidos, e de forma mais acentuada no PT (4,3 % para o último e 3,1% respectivamente). Sendo assim, retomando o argumento apresentado por Madeira e Tarouco (2013), ao analisar o segundo domínio, em particular às categorias relativas às liberdades democráticas e aos direitos humanos, é preciso reforçar que, no contexto brasileiro, elas podem ser consideradas como um marcador particularmente significativo, no que diz respeito à



configuração da esquerda no país. Na medida em que o regime militar foi francamente intervencionista no plano econômico, no momento da configuração do sistema partidário da Nova República, a defesa destas liberdades obteve mais atenção por parte dos atores políticos e da sociedade civil do que a dicotomia entre intervencionismo estatal e livre mercado, determinante para a escala ideológica tradicional/downsiana.

Algo similar ocorre na interpretação de dados quando se considera a perspectiva punitivista no país, que, por sua vez, serve como um indício favorável à hipótese de que o PSDB está à direita do PT na escala ideológica. O tema da repressão da criminalidade é central para o eleitor de direita no país, e aparece no tópico 605.1 (*Law and Order: Positive*). O PSDB aparece com quase dois pontos percentuais acima do PT nesse quesito (4,9% versus 3,1%), o que pode ter como caixa de ressonância ilustrativa do posicionamento dos partidos a discussão sobre redução da maioria penal no debate público nacional recente.

Outro elemento que corrobora esta mesma hipótese pode ser encontrado no fato de que embora o PSDB figure de modo mais enfático na proteção das minorias, o PT apresenta mais menções à classe trabalhadora e à própria ideia de igualdade (assim como de políticas públicas de caráter afirmativo, voltadas à redução das assimetrias). Tal traço distintivo relevante aparece corroborado na categoria 503 (*Equality: Positive*), onde a frequência do PT é de 9,3% e a do PSDB de 4,8%, quase o dobro de incidência no primeiro em relação ao segundo.

Não obstante, é neste domínio dedicado ao Bem Estar e à Qualidade de Vida que se encontra o maior desafio à tese aqui apresentada, uma vez que era de se esperar que, por estar situado à esquerda do PSDB, o PT teria uma frequência maior de sentenças codificadas com o número 504, relativo à expansão do sistema de bem estar social. A tabela acima, contudo, demonstra uma pequena diferença em favor do PSDB com 2,9 pontos percentuais a mais nas frequências relativas a esta categoria (10,5%, enquanto o programa do PT tem 7.6% das sentenças a ela associadas). Este resultado, entretanto, é relativizado quando observamos as frequências dos códigos 505, 506 e 507. No que diz respeito ao 506, que enquadra às menções favoráveis à expansão do sistema de educação, o PT figura com uma frequência maior (8,1% contra 7.6%



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

referentes ao programa do PSDB). Já no tocante aos códigos 505 e 507, que contempla as sentenças favoráveis à limitação dos gastos públicos com o sistema de bem estar e de educação, observa-se, em ambos os casos uma frequência maior no programa do PSDB, uma vez que o programa petista não faz qualquer menção a este tipo de medida.

Há ainda, a título de conclusão deste resumo, alguns fatores quantitativos que se acentuam quando referenciados ao momento eleitoral. É o caso da preocupação com o controle sobre a burocracia (Eficácia Governamental e Administrativa), que aparece repetidas vezes no programa do PSDB. A ênfase na eficiência administrativa pode ser vista como uma crítica velada à administração petista, o que reforça o papel do PSDB como principal partido de oposição. Por outro lado, a ênfase na eficiência também pode ser considerada de forma emblemática no processo identitário original do partido, que buscou diferenciar-se dos demais reunindo parcelas altamente qualificadas das elites intelectuais (acadêmicos) e econômicas (empresários) comprometidas a usar seus talentos como gestores e administradores da coisa pública (Guiot, 2006).

Em relação ao programa da Dilma, candidata à reeleição, fica evidente a defesa de sua administração, se considerado o tópico 305.1 (Political Authority: Party Competence). O percentual de 4,8% da candidatura do governo é significativo se comparado ao 0,5%, da oposição. Nesse sentido, o que chama atenção é a ausência de menções no programa do PSDB às suas administrações anteriores, o que também contribui para expor a fragilidade de organização da oposição em torno de um projeto político comum e a referência (nesse caso, enquanto ausência) da menção a essa tradição em suas gestões anteriores como governo.

Mais do que apenas marcar as nuances à direita e à esquerda que auxiliam o reforço de nossa hipótese, cabe ainda uma última questão que diz respeito à contribuição do trabalho no sentido de melhor esclarecer a transmutação dos posicionamentos ideológicos dos partidos no tempo. O tópico da ortodoxia econômica é um dos momentos exemplares nesse sentido. As menções à ortodoxia reforçam a hipótese de que o PT não é um partido de esquerda radical, mas de centro esquerda. Ou seja, é curioso constatar que houve, em 2014, uma maior preocupação com temas



econômicos por parte do partido (Domínio 3). Por outro lado, não é pouca coisa contrastar que tal movimento é concomitante a uma maior preocupação do PSDB com temas da sociedade civil, o que mais do que situar o partido menos à direita do que em temas como o militarismo, ajuda a compreender a disputa pelo governo, e a tentativa de aproximação dos temas sociais, antes ausente na trajetória do partido em outras eleições.

Em suma, tendo em conta os resultados obtidos nos vários domínios do sistema de classificação de programas eleitorais do CMP, percebemos que, nos manifestos do PT e do PSDB apresentados às eleições presidenciais de 2014, há algumas áreas temáticas nas quais não se detectam diferenças significativas nos discursos políticos dos dois partidos, mas há também, pelo contrário, temas nos quais se Regis TAM diferenças importantes entre eles. Os domínios relativos ao Estado Social e à economia são aqueles onde sobressaem mais divergências políticas entre PT e PSDB. Estas divergências assumem particular importância, uma vez que se tratam das duas categorias que nos permitem proceder a uma melhor classificação ideológica dos partidos. Com efeito, a opinião relativamente à prestação (ou não) de serviços sociais por parte do Estado e relativamente à necessidade (ou não) de intervenção pública no sistema econômico são aspetos basilares quando procuramos perceber o posicionamento ideológico de um partido.

Ora, tendo isto em conta, pudemos verificar que o PT concede muito maior peso do que o PSDB à necessidade de igualdade e justiça social e à necessidade de expansão do sistema educativo e, ao contrário do PSDB, não defende qualquer necessidade de limitação do Estado Social. O PT apresenta, por isso, propostas que vão inegavelmente no sentido da defesa de um Estado Social universal, público, redutor de desigualdades: um Estado Social social-democrata. O PSDB, pelo contrário, é ambíguo e, se não defende claramente modelos de Estado Social liberal ou conservador, faz já diversas referências que vão nesse sentido. No plano econômico, detectamos um maior pendor intervencionista no programa eleitoral do PT e uma maior defesa do funcionamento livre do mercado e de uma ortodoxia econômica no do PSDB. Mais uma vez, percebemos que o PT assume, neste âmbito, um posicionamento típico dos partidos socialistas democráticos, sociais-democratas



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

ou trabalhistas, enquanto que o PSDB opta por um discurso mais próximo daquele que caracteriza partidos liberais e conservadores.

Assim, considerando as diferenças registradas entre os dois partidos nestes dois domínios e considerando a importância do posicionamento dos partidos nas questões que se prendem com o Estado Social e com o papel do Estado na economia na sua classificação política, é possível afirmar que PT e PSDB apresentaram, nos programas eleitorais de 2014, um posicionamento não coincidente na escala esquerda-direita. De fato, tendo em conta os resultados obtidos, podemos concluir que o PT se pode classificar como um partido situado no centro-esquerda da escala ideológica, enquanto que o PSDB se apresenta inegavelmente à sua direita, ocupando o espaço do centro-direita na mesma escala.

Bibliografia

- Downs, Anthony (1999). *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp.
- Duverger, Maurice (1970). *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Esping-Andersen, G. (1990). *The three worlds of welfare capitalism*. Cambridge University Press.
- Figueiredo, A. & Limongi, F. (1999). *Executivo e Legislativo na nova Ordem Constitucional*, Rio. de Janeiro: FGV/FAPESP.
- Giddens, A. (1996). *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Unesp.
- Giddens, A. (2001 a). *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record.
- Giddens, A. (2001 b). *A terceira via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record.
- Guiot, André (2006). *Um “moderno príncipe” da burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense.
- Krause, Silvana & Dantas, Humberto & Miguel, Luis Felipe (orgs) (2010). *Coligações eleitorais na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora UNESP.
- Lucas, Kevin & Samuels, David (2011). “A ‘coerência’ ideológica do sistema partidário brasileiro, 1990-2009”, em Power, Timothy & Zucco Jr., Cesar (orgs.). *O*



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Madeira, Rafael M. & Tarouco, Gabriela (2010). “A “direita envergonhada” no Brasil: como partidos reinterpretem seus vínculos com o regime militar?”, ALACIP – Congresso Latino-americano de Ciência Política, 5, Buenos Aires, 2010.

Madeira, Rafael M. & Tarouco, Gabriela (2013). “Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos”, Revista Debates, Porto Alegre, v.7, n.2, pp. 93-114.

Mainwaring, S., Meneguello, R. & Power, T. (2000). *Partidos conservadores no Brasil Contemporâneo. Quais são, o que defendem, quais são suas bases.* São Paulo: Paz e Terra.

Melo, Carlos Ranulfo & Câmara, Rafael (2012). “Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil”. Dados, v. 55, n. 1, pp. 71-117.

Meneguello, Rachel (1989). *PT. A a formação de um partido (1979-1982).* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Miguel, Luis Felipe (2010). “Os partidos brasileiros e o eixo «esquerda-direita»”. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências.* São Paulo: Editora Unesp.

Montenegro, Darlan (2009). *O avesso do príncipe: programa e organização nas origens do Partido dos Trabalhadores.* Rio de Janeiro: IUPERJ.

Nobre, Marcos (2013). *Imobilismo em movimento.* São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Power, Timothy & Zucco JR., Cesar (2008). “Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005: a research communication”. *Latin American Research Review*, v. 44, n. 1, pp. 218-246.

Power, Timothy & Zucco JR., Cesar (2011). “Esquerda, direita e governo”, em Power, Timothy & Zucco JR., Cesar (orgs.). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira.* Belo Horizonte: Editora UFMG.

Santos, Fabiano (2003). *O Poder Legislativo no presidencialismo de coalizão.* Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

Strom, K. (1990), *Minority Government and Majority Rule*. Cambridge (UK): Cambridge University Press.

Werner, Annika, Lacewell, Onawa & Volkens, Andrea (2014). *Manifesto Coding Instructions* (5th revised edition). Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (<https://manifesto-project.wzb.eu/information/documents>).

Wolinetz, S. B (2002). “Beyond the Catch-All Party: Approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies”, em R. Gunther, J.R. Montero & J. Linz (eds.). *Political Parties: Old concepts and new challenges*. Oxford: Oxford University Press.

Zucco, Cesar (2009). “Ideology or What? Legislative Behavior in Multiparty Presidential Settings”. *The Journal of Politics*, Statesboro, v. 71, n. 3, pp. 1076- 7092.